

Rolagem da dívida dos Estados enfrenta obstáculos no Senado

Pública

Governistas se rebelam contra acordo entre Planalto e PMDB

MARTA SALOMON

BRASÍLIA — Uma rebelião dos senadores governistas contra o acordo para a rolagem da dívida de US\$ 70 bilhões dos Estados e municípios impediu ontem a votação da reforma tributária de emergência proposta pelo governo. "Existe incomformidade por parte da grande maioria à imposição do PMDB de rolar a dívida", explicou o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que passou boa parte da tarde no Congresso tentando superar o impasse. No início da noite, Passarinho passou a investir num recuo do presidente do PMDB, Orestes Quércia. O ministro chegou a pedir ao líder peemedebista no Senado, Humberto Lucena

(PB), para que abrisse mão da rolagem da dívida, já aprovada pela Câmara.

Passarinho descartou a possibilidade de o governo quebrar unilateralmente o acordo que garantiu a rolagem da dívida em troca da aprovação da reforma tributária. O projeto, com o qual o governo pretende aumentar a arrecadação de impostos em 1992 em cerca de US\$ 10 bilhões, é fundamental para o fechamento do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o governo entende que não consegue aprová-lo sem o apoio da maior bancada parlamentar.

Medida provisória — "Não posso ter uma atitude desleal com o PMDB", comentou Passari-

nho. O líder do PMDB no Senado afirmou que o partido não pretende abrir mão da exigência. "O entendimento tem de ser honrado", disse Lucena, que considera a rebelião um problema do governo. "Cada um que apague o incêndio na sua casa." Apesar da resistência do PMDB, o líder do governo, senador Marco Maciel (PFL-PE), confia no sucesso de uma nova tentativa de votação hoje, último dia da convocação extraordinária do Congresso. Maciel não descartou a possibilidade de o governo recorrer à edição de uma medida provisória para fazer valer o ajuste fiscal a partir de janeiro.

Além da reação dos senadores governistas ao acordo fechado com o PMDB, há muitos senadores oposicionistas contrários à aprovação apresada da rolagem da dívida. Em reunião realizada pela manhã no gabinete do presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), ficou acertado que pelo menos uma parte do acordo, que depende de resolução do Senado alterando os limites de endividamento dos Estados e municípios, só seria aprovada no ano que vem, depois de debate mais cuidadoso. "Os contratos só podem ser assinados após a resolução do Senado", argumentou Lucena. "Estão fazendo tempestade em copo d'água."

No plenário, Benevides recebeu pedido do senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PSDB, para impedir a votação do projeto de rolagem da dívida dos Estados, que considera inconstitucional. A resposta do presidente do Senado foi adiada para hoje. O PDT também quer adiar a votação porque o projeto aprovado na Câmara na quarta-feira impediu o governador do Rio, Leonel Brizola, de levar vantagem com a troca de ações do metrô para compensar a dívida da estatal.

André Dusek/AE—20/2/91



Bombeiros

*Lucena insiste no cumprimento do acordo:
"Cada um que apague o incêndio na sua casa"*